

Família, escravidão e liberdade no Alto Sertão: Caetité, 1830-1860

IVANICE TEIXEIRA SILVA ORTIZ¹

Em primeiro de maio de 1842, Venâncio casava-se com Rita, ele filho de Florência, ela filha de Maria africana, ambos escravos de José Liberato das Neves, todos moradores da freguesia de Sant'Anna.²Esta união, realizada de acordo com as normas católicas vigentes, somada a muitos outros arranjos familiares, foi buscada com o objetivo de refletir a importância da família para a vida da população negra de Caetité entre 1830-1860.

A nossa abordagem foi costurada em consonância com a historiografia empreendida a partir de 1980, sob o viés da nova História Social, que rompeu com a visão tradicional e negativa da inexistência das famílias escravas e comprovou não só sua existência, como suas diferentes formações e significados para as vidas dos negros cativos, libertos e livres.

O escravo do estado de anonimato, ou de sujeito passivo, passou à condição de agente histórico a partir das pesquisas realizadas por autores como João José Reis (1998), Robert W. Slenes (1999) e Sidney Shalhoub (1990). O objetivo desses estudos não era mais o escravismo, e sim os escravos, pessoas capazes de ações autônomas. Estes novos enfoques possibilitaram-nos aportes metodológicos para perscrutar esses agentes históricos além das *plantations* do Sudeste ou do Recôncavo Baiano, observando as especificidades locais e regionais.

Neste texto, trazemos algumas considerações discutidas na dissertação de mestrado, onde dirigimos prioritariamente nosso olhar às famílias constituídas por pessoas negras, que estavam organizadas no centro da vila, ou nos diferentes lugares do seu termo jurídico. São famílias como a de Pedro Francisco de Sousa, que foi identificado no seu casamento em 23 de abril de 1849 na Igreja Matriz de Sant'Anna, como cabra e filho legítimo de João de Sousa e Thomasia Maria. Pedro constituiu laços matrimoniais legítimos com Maria cabra, filha legítima de Pedro Celestino e Martha Maria.

¹ Professora da Universidade do Estado da Bahia, Mestre em História Regional (UNEB), membro dos grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Recôncavo da Bahia-UBRB, e Memória, Espaço e Linguagem da UNEB. Linhas de pesquisa em que atua: escravidão e pós-abolição e trajetórias dos povos afro-descendentes.

² Livro de Registro de Casamento (1831-1848), da Cúria da Matriz de Caetité. p.59.

Entre outros enlaces priorizados estão aqueles como o de Eugênia cabra e José africano, escravos de Ladislau de Barros Silva, que batizaram seus filhos Adão de um ano e Honorato de três anos, respectivamente em 17 de outubro de 1841 e 4 de junho de 1847.³

Olhamos também para configurações de parceiros escravos e forros, como a de Paulina crioula forra e Narciso africano escravo, pais de José crioulo batizado em 1830 e Aniceto em 1841, escravos do vigário do Sabino Gomes de Azevedo; ou do casal de crioulos forros, Ignácia e Vicente, que batizaram em 10 de outubro de 1843, o filho Lauriano. Somadas a todos esses arranjos, temos o de Isabel, mãe de cinco crianças nascidas quando estava sob a condição de escrava.⁴

São famílias de escravos que firmaram laços consanguíneos que se estenderam por gerações, mães que empreenderam esforços para a compra da liberdade de seus filhos, sujeitos libertos que na família se fortaleceram para sobreviver em uma sociedade escravocrata edificada na desigualdade.

Encontramos todas essas pessoas e suas famílias nos livros de batismo e casamento da Cúria da Igreja Matriz de Caetité. Elas, assim como outros moradores da sede ou da área rural de Caetité, participaram dos rituais cristãos realizados principalmente na Igreja Matriz de Sant'Anna instalada desde o século XVIII em um largo no centro do antigo arraial.

A vila do Príncipe e Sant'Anna de Caetité, palco desse estudo, foi durante a primeira metade do século XIX um importante polo comercial no Alto Sertão. Sua economia agropastoril voltada para atender ao mercado regional e internacional lhe projetou economicamente e politicamente no cenário da província da Bahia.

Seu potentado local amparava-se, sobretudo, na concentração de terras e na posse de cativos. Logo, as inúmeras fazendas e sítios distribuídos por todo o seu território, interligados por estradas precariamente abertas, tornaram-se espaços privilegiados do convívio dos moradores e ponto crucial dos negócios. Entre as transações comerciais mais recorrentes estavam as de gêneros alimentícios, algodão, gado e escravos.

Os escravos advindos do tráfico internacional, interno ou nascidos nas próprias fazendas foram utilizados como mão-de-obra nas atividades rurais e urbanas, onde dinamizaram uma microeconomia e protagonizaram experiências emancipacionistas e autônomas, entre elas, gastos com cerimoniais religiosos, participação em pequenos negócios

³ Livros de Registro de Casamento e Batismo (1830-1860), da Cúria da Matriz de Caetité.

⁴ Livro de Registro de Casamento (1846-1851), da Cúria da Matriz de Caetité. p.71-72.

e compra de suas próprias alforrias ou de seus filhos. Essas pessoas também empreenderam lutas constantes para manter os filhos próximos ao seu convívio e algumas vezes herdaram ou conquistaram lotes de terras e animais para usufruir na vida fora do cativeiro.

Os arranjos de vida familiar, consanguíneos e espirituais, foram pilares fundamentais para a sobrevivência dos negros livres, libertos e cativos. No caso dos livres e libertos subsidiou parcerias capazes de permitir que sobrevivessem materialmente e afetivamente em uma sociedade marcada pela latente desigualdade social. Para os cativos, a composição familiar, mesmo com sua estabilidade e unidade suscetíveis ao poder senhorial e do tráfico interno, aumentou as chances da liberdade, prorrogou ou evitou a venda de entes queridos, permitiu certa autonomia espacial e econômica, bem como a continuidade das heranças culturais e sanguíneas por gerações.

Muitas das uniões dos cativos foram legitimadas através do casamento católico. Constatamos que esse tipo de casamento foi um evento relevante e estava relacionado à política de incentivos senhoriais, mas fundamentalmente determinado por espaços e escolhas manobradas pelos escravos. O padrão demográfico da região, majoritariamente composto por crioulos, em conjunção com o tráfico interno e o crescimento natural, foi um fator importante para a endogamia por parentesco e para as uniões legítimas entre escravos africanos e crioulos.

A maior parte dos cativos casados legitimamente estava distribuída por inúmeras posses, o que indicou que o tamanho da posse não foi um empecilho para os diferentes arranjos formados em conformidade com as exigências eclesásticas, assim como não foi para aqueles escravos que viveram relações consensuais. Nos dois tipos de família, a consensual e a legitimada, foi possível alcançar certa estabilidade, o que permitiu um convívio mais duradouro entre os parentes, inclusive dos filhos com a figura paterna.

Os 334 enlaces de escravos que encontramos, que correspondem a 668 escravos casados entre 1830 e 1860, mostraram que além das adversidades impostas pelo cativeiro para a formação e preservação da família, esses sujeitos podem ter travado uma verdadeira penitência burocrática para a realização dos proclames nupciais. Se para as pessoas livres batizadas, os empecilhos recaíam nos arranjos obrigatórios, nos custos das dispensas consanguíneas, para as cativas, esses obstáculos atrelavam-se ao conhecimento das principais orações e a apresentação das certidões de batismo, de penitência e da eucaristia. Para os libertos acrescentava-se a carta de liberdade. A dificuldade de acesso a todos os critérios

acima relacionados, ainda seria maior para os escravos adultos batizados em outras regiões da Bahia ou províncias do Brasil.⁵

Além da burocracia, o custo para o casamento era muito alto. Na fazenda Campo Seco, Ana Francisca, mulher de Manoel Lourenço, relatou em testamento feito em 1834, as despesas feitas com casamentos de cativos e batizados de suas “crias”, que chegavam à importância 1\$280. Nesse tempo, Ana Francisca, sogra de Pinheiro da mesma fazenda, gastou 12\$800 para casar seus escravos e 2\$560 para batizá-los; também efetuou o pagamento de 6\$400 com os “banhos” e 8\$000 com as “licenças”. Às dispensas pagas em Salvador e em Caetité somavam-se às despesas com obras na pia para o evento e pagamento aos vigários. Um aspecto importante dos gastos dessa família com os casamentos dos cativos é observar que eles foram efetuados com escravos que foram “crias” da fazenda, ou seja, eram filhos de escravas que cresceram na propriedade e que conseqüentemente iriam compor uma terceira geração na mesma posse.

Os escravos das fazendas também assumiam gastos com esses cerimoniais religiosos. A escrava de Pinheiro Pinto, a cabra Aninha, despendeu 8\$640 com o casamento de uma filha (SANTOS FILHO, 1956:188-189). Certamente Aninha previa os benefícios que o casamento podia trazer para a filha que também vivia em cativeiro para dispor de uma quantia significativa que pode ser resultado de um longo e difícil período de trabalho ou da colaboração de outros companheiros de cativeiro.

Nos registros eclesiásticos encontramos o predomínio de casamentos entre homens escravos com mulheres forras, do que homens forros com mulheres escravas. Não obstante, esses arranjos podem ter desencadeado uma luta diária dos cônjuges no mundo livre para acumular pecúlio, e no cativeiro para evitar a venda do seu parceiro e facilitar a aquisição da sua carta de liberdade, ou, ainda, para uma união emancipacionista, e assim conceber filhos legítimos e livres do domínio do cativeiro.⁶

Entre as uniões legítimas com circunstâncias parecidas encontramos a de Fidelis e Francisca. A Igreja matriz de Sant’Anna foi palco do casamento que aconteceu no dia 13 de junho de 1846. Encontramos Fidelis pela primeira vez em 1850, no inventário do seu proprietário, Antônio Rodrigues Ladeia. Na data do registro do inventário, Fidelis tinha precisamente quarenta e cinco anos de idade, quatro anos de casado e estava estimado no

⁵ CPAB, 1853, p. 125.

⁶Ver sobre a aliança emancipacionista em SCHWARTZ, Stuart *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

valor de quatrocentos e cinquenta mil réis.⁷ Resolvemos então procurá-lo nos assentos de casamento, onde o encontramos identificado como escravo crioulo, casado com Francisca africana forra, todos moradores da freguesia de Sant'Anna de Caetité.⁸

O romance entre Fidelis e Francisca pode ter se iniciado quando os dois eram cativos, no entanto, o casamento realizado com ela já na condição de forra poderia viabilizar ao casal um núcleo familiar capaz de gerar filhos livres (OLIVEIRA, 1996: 175-193). Além disso, esse arranjo entre um escravo crioulo e uma africana forra possibilitaria um alicerce para a adaptação à vida em liberdade e para a recriação de heranças culturais para os descendentes do casal.

Ainda no inventário costuramos um pouco mais da história de Fidelis. O falecido proprietário de Fidelis, Antônio Rodrigues Ladeia, contraiu dívidas que levaram à hipoteca de parte de seus bens, entre os seus credores estavam José Antônio Pimenta, Fillipe Rodrigues Ladeia e o padre Manoel Fraga, sobre este último, a dívida incluía as despesas do funeral do inventariado. Para o pagamento da dívida, os credores exigiam da viúva Honorata de Brito Pimenta um conto e novecentos e cinquenta e cinco mil réis correspondentes à soma dos valores dos escravos: Fidelis, crioulo de 45 anos; Felipe, cabra de 30 anos; Claudina, africana de 45 anos; Ignácia, mulata de 36 anos; e Rosa, mulata de 11 anos de idade.

Mas o enredo desta história é curioso. Segundo os credores do finado Antônio Rodrigues Ladeia, a viúva Honorata de Brito Pimenta, fugiu para vila de Santa Isabel em Mucugê, levando os escravos que estavam hipotecados para saldar a dívida legada por seu marido. Para Fidelis a fuga repentina deve ter se tornado um pesadelo, tendo em vista que também era credor do falecido, pois já tinha quitado uma parcela da sua alforria no valor de duzentos e sessenta e quatro mil réis, pago a Antônio Rodrigues Ladeia ainda em vida. Ele havia, provavelmente junto à esposa, acumulado durante quatro anos o pecúlio para a compra da carta de alforria que possibilitaria conviver na condição de liberto a experiência do matrimônio.

A prova do pagamento da carta de alforria efetivado por Fidelis aparece em um documento de 1851, anexo ao inventário. Esse documento confirma o pagamento da primeira parcela da carta de alforria diretamente ao proprietário Antônio Rodrigues Ladeia, e a segunda, aos credores do já falecido proprietário. O registro do pagamento da carta de

⁷ APB. Seção Judiciária. Série Inventários. Inventariado: Antônio Rodrigues Ladeia, 1850, p.12. Classificação: 02/877/1346/07.

⁸ Livro de Registro de Casamento (1837-1855) da Cúria da Matriz de Caetité. p.75.

liberdade aparece nos seguintes termos: “Recebemos de Fidelis crioulo escravo que foi de falecido Antonio Rodrigues Ladeia a quantia de 211 mil que nos tocou no mesmo escravo para nosso pagamento, para assim ele poder ser conferida sua carta de liberdade”.⁹ A partir desse documento percorremos os livros cartoriais da década de quarenta do século XIX, na tentativa de encontrar o valor total da alforria. Encontramos a carta de Fidelis passada pelo Juiz de Órgãos, onde aparece discriminado o valor total de sua alforria, quatrocentos e setenta e cinco mil réis.

Os vestígios da documentação eclesiástica e cartorial permitiram constatar a luta dos cônjuges para viverem em liberdade, mas infelizmente os vestígios do casal temporariamente acabam com a carta de liberdade de Fidelis.¹⁰ A trajetória desse casal que conseguiu acumular uma quantia significativa para a compra da alforria remete-nos às atividades autônomas, que foram cruciais para dinâmica administrativa e econômica de Caetité, mas fundamentalmente para os projetos dos cativos, entre eles a composição e manutenção da família que podia ser estabelecida com escravizados do mesmo proprietário ou não.

Entre os cativos encontramos 22 matrimônios entre escravos de proprietários diferentes, que devem ter deparado com os entraves cotidianos de convivência como a mobilidade e a vivência com os filhos. Por outro lado, esses entraves não podem ser generalizados, pois muitos dos proprietários eram parentes e viviam em propriedades muito próximas, o que poderia facilitar o convívio dos cônjuges. Outra situação propícia à manutenção dessas relações era o fato de muitos proprietários residirem em outros locais, ou disporem do tempo entre várias propriedades. Os pesquisadores Castro e Melo (2004: 127-162) ao estudarem as relações familiares em fazendas absenteeístas em Curitiba constataram que o cotidiano dos cativos nessas condições estava permeado por “regras escravas”, pois o domínio dos proprietários era mais moderado e os casamentos mais precoces. Este panorama supostamente de laços mais frouxos pode também ter aflorado as possibilidades das uniões inter-posses.

Mas como se efetivava os enlaces entre crioulos e africanos neste contexto de laços mais frouxos do domínio senhorial em pequenas e médias posses? Temos para o termo de Caetité a experiência da maternidade vivida, no “caleidoscópio de situações”, que bem refletia a especificidade do povoamento: uma população constituída entre os livres por uma maioria

⁹ APB. Seção Judiciária. Série Inventários. Inventariado: Antônio Rodrigues Ladeia, 1850. Classificação: 02/877/1346/07.

¹⁰ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato n. 11 (1845-1848), p. 62.

de pardos; e entre os cativos, por um número superior de crioulos em relação aos africanos. A menor inserção de africanos pode ser aventada pela pouca fortuna dos proprietários, pela distância dos centros de mercado escravista e, ainda, pela reprodução natural para suprir a demanda local e que mais tarde vai alimentar o tráfico interprovincial. O quadro demográfico é de uma maioria de crioulos, filhos de crioulos com crioulos, e crioulos com africanos.

A formação dos casais observada através da filiação dos contraentes indicou que 35 africanos buscaram manter relações afetivas com africanas. Quanto à procedência étnica não há dados para indicar tal variável, assim como não é possível afirmar que os 66 africanos casados com crioulos, tomaram como regras para essas uniões a escolha dos pares entre os filhos de africanos, ou seja, a primeira geração.

Muitos escravos viveram conjugalmente com um companheiro do mesmo cativo, alguns com escravos de outras posses, e poucos, com pessoas livres ou libertas. Dessas uniões nasceram centenas de filhos que foram fundamentais para a manutenção da instituição escravista, já que a riqueza dos senhores de escravos de Caetité estava assentada muitas vezes nas posses dessas crianças, identificadas como “crias” das fazendas. A utilização da mão-de-obra desses pequenos escravos fomentou inúmeras atividades comerciais na primeira metade do século XIX, atestadas nas escrituras de venda, hipotecas, doações e dotes.

A significativa presença de crianças entre os escravos pesquisados, somado ao equilíbrio no número de cativos dos dois gêneros, caminham para a hipótese da reprodução natural, que se por um lado podia fazer parte de uma política senhorial, também refletiu o interesse do cativo pela família, pela preservação do legado cultural e pela humanização do cativo. Esses interesses ficaram latentes na luta de muitos cativos por legitimar a união conjugal, manter a família unida, alforriar os descendentes ou evitar sua comercialização no mercado de cativos.

Fora do cativo encontramos muitas crianças negras, filhas naturais e legítimas. Mas assim como os cativos, muitas dessas crianças eram filhas de mulheres negras em liberdade, que tiveram os papéis de mãe e provedora intensificados em uma sociedade onde sofriam todos os tipos de reveses e intempéries.

Já em relação à análise desenvolvida em torno do estabelecimento da rede de compadrio, inferimos que ao longo do período estudado (1830-1860), a população de cor livre majoritariamente firmou laços com pessoas que estavam fora do cativo. Já os escravos firmaram alianças verticais com sujeitos livres, e horizontais, entre sujeitos escravizados.

Os padrões compadrescos analisados permitiram verificar que os escravos crioulos ou africanos foram batizados prioritariamente por padrinhos livres, sendo a presença do casal de padrinhos a composição priorizada por todos. A escolha de padrinhos livres ou libertos podia refletir laços de amizade já existentes, como também a possibilidade de manumissão para as crianças batizadas, e quiçá, de seus familiares. A presença predominante dos padrinhos livres também pode ter sido fruto da influência da política paternalista dos senhores que definia a escolha dos padrinhos ou das possibilidades compadrescas locais, entre elas, padrinhos com os perfis exigidos para o batismo. Entre os perfis estavam: a madrinha não ser menor de doze anos e o padrinho menor de quatorze anos, não serem surdos e apresentaram-se como bons cristãos. Também foi fundamental nas escolhas desses padrinhos a possibilidade de constituir alianças desejáveis no futuro.

Destacamos ainda a grande participação das mulheres como madrinhas de escravos, libertos e livres; e dos santos e religiosos da igreja católica como padrinhos de escravos crioulos. Já para a maioria dos senhores da região o compadrio foi inconciliável com a relação senhor/escravo, mas essa não foi uma máxima, pois registramos um número de batizados nestas circunstâncias maior do que em outras regiões da Bahia. No entanto, inúmeros escravos foram apadrinhados por parentes e amigos de seus proprietários, bem como por proprietários de outros cativos.

Sobre o local de residência dos padrinhos, observamos que a maioria dos cativos que participaram do ritual de batismo pertencia a posses distintas dos respectivos batizados, o que não refletia só a dimensão das posses e suas limitações compadrescas, mas, sobretudo a capacidade de extensão das redes sociais escravas por outros espaços.

Os vestígios das trajetórias de alguns batizados ou de seus pais desenharam bem o caminho do cativo à liberdade e mostraram que os laços de família de sangue ou espiritual (parentesco simbólico) permitiram a estabilidade dos vínculos afetivos, concretizaram a vontade de gerar filhos em liberdade, ampliaram as possibilidades de acúmulo de pecúlio (com o desempenho em ofícios específicos na vila) e provocaram melhoria dentro do cativo ou fora dele. Encontramos entre as cartas de liberdade 6 compradas por mães dos escravos alforriados, 1 pelo pai, 6 pelos padrinhos, 12 por terceiros, 1 pelo marido, 9 adquiridas com o direito da terça na herança do finado proprietário, 1 pelo proprietário ter recebido outro escravo, 5 pagas por filhos dos proprietários e a maioria, 56, adquiridas pelos próprios

escravos.¹¹ Muitas dessas cartas foram conquistadas através de inúmeras negociações entre escravos e senhores, bem como através da extensa rede de parentesco, ou como evidenciaram B. J. Barickman (2003: 113-115) e Fátima Pires (2009: 84), da possibilidade real que os escravos do sertão tinham de autonomia nos cultivos de roças e de desenvolverem outras atividades no curto tempo de folga.

Todas essas conquistas não podem e não são “inerentes” a instituição escravista, mas foram fomentadas cotidianamente na luta pela sobrevivência de negros livres, libertos ou escravos. Logo, foi na rede de solidariedade entre amigos, parentes sanguíneos e espirituais que essas pessoas conseguiram atenuar as agruras da escravidão ou os desafios da vida em liberdade.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

Fontes Manuscritas

Arquivo da Cúria da Igreja de Sant’Anna de Caetité-Bahia:

Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Sant’Anna, 1828-1876.

Livros de Registros de Casamentos da Freguesia de Sant’Anna, 1831-1855.

Arquivo público de Caetité- APMC:

Fundo Câmara, Série Judiciário.

Fundo Câmara, Série Ações Cíveis.

Fundo Câmara, Atas de Vereações.

Jornal impresso A Penna.

Arquivo Público do Estado da Bahia – APB

Subsérie inventários e testamento *post mortem*.

Escrituras de compra e venda.

Cartas da Liberdade.

¹¹ APEB, Cartas de Liberdade, Caetité 1830-1860.

Fontes Impressas

AGUIAR, Durval Vieira. *Descrições práticas da província da Bahia*. Com a declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2ª edição. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*. (edição fac-símile) Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo – aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Históricas e Geographicas do Município de Caetité. *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*, n. 58, p. 89-294, 1932.

SPIX, Johann Baptiste Von, e Martius, Carl Friedrich Phillipp Von. *Através da Bahia*. Excertos da obra *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, editados e anotados pelo Dr. Manoel A. Pirajá da Silva e Dr. Paulo Wolf, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

_____. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 4. Ed. (1. Ed. 1823, 1828 e 1831). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*; estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza, Istvan Jancsó, Pedro Putoni (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

LIVROS, TESES E ARTIGOS

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2006.

_____. *Escravos e libertos nas Minas do Rio de Contas-Bahia, século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2012.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da História econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Ano XI, nº19, janeiro de 2009.

AMORIM, M. Noberta. Demografia Histórica e Família. Uma Proposta Metodológica. *Stud. his., H. amod*, 18. Ediciones Universidad de Salamanca, 1983, p.29-54.

ANDRADE, Rômulo. “Havia um mercado de famílias? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão)”. *LOCUS: Revista de História*, 4 (1), 1998, pp.93-104.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Século XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COSTA, Iraci Del Nero. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH- Revista de História*. Nº 1, Departamento de história/ UFOP, 1990.

CÔRREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n.37, 1981, pp.5-16.

DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia da São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no sul de Minas (1810-1873)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Forros e brancos pobres na sociedade colonial do Brasil 1675-1835. In: *História General da América Latina*, UNESCO, vol.3, cap. 14, no prelo.

_____. “Escravas, resistir e sobreviver”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p.360-3.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres no sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2010, p.244.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da família e demografia histórica. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2008.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGA FILHO, Valter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1919)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, João José e GOMES, Flávio (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GUDEMAN, Stephen. SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUEDES, Roberto. Estrutura de Posse e Demografia Escrava (Porto Feliz / SP, 1798- 1843). In: PAIVA, Eduardo França (org.); IVO, Isnara Pereira (org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

IVO, Isnara. P. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Laços e enlaces: relações de intimidade de sujeitos escravizados, São Luís - Século XIX*. São Luís: EDUFNA, 2008.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d' El Rei em 1795. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 17, n. 1-2, jan./dez.2000.

LIMA, Carlos A. M.; MELO, Kátia A. V. A distante voz do dono: A família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). *Afro-Ásia*, 31 (2004), pp.127-162.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, mar.88/ago.88, p 143-160.

MARTINS, Taiane Dantas. *Da Enxada ao Clavinote: Experiências, Liberdade e Relações Familiares de Escravizados no Sertão baiano, Xique-Xique (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2010.

MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do império do Brasil*. São Leopoldo: OIKOS; Editora Unisinos, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. “O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n.16 (mar-ago. 1988).

MOTTA, José Flávio. Família escrava: uma incursão pela historiografia. *Historia: Questões de Debates*, Curitiba, 9 (16), pp.104-159, 1988.

_____. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 1999.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

_____. *História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; Salvador: Arcádia, 2002.

_____. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Feira de Santana: Editora da UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998.

_____. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto-Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, p.97-128.

_____. *Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX*. Feira de Santana: UEFS, Editora, 2012.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no “Certam de Sima”*: Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local)–Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; Brasília-DF: CNPQ, 1988.

_____. Viver e Morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, São Paulo (28), pp.174-197, dez-fev, 1995/1996.

PAIVA, Clotilde A. & LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/ USP, 25 (2), (maio/ago 1995), pp.203-223.

PÁRES, Luis Nicolau. “O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800)”. *Afro-Ásia*, nº 87 (2005), p. 87-132.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. “O trabalho de crianças escrava na cidade de Salvador 1850-1888”. *Afro- Ásia*, 32 (2005), p. 159-183.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003.

_____. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

PRIORE, Mary Del. *A Mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. (Org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

_____. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, 24 (2000), 192-242.

_____. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro, Bahia – 1806. In: REIS, João José e GOMES, Flávio (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____; GOMES, Flávio dos Santos. Uma história da liberdade. In: REIS, João e GOMES, Flávio (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 2a ed., 2003.

_____; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Domingos Sodré – um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____; GOMES, Flávio dos Santos. Uma história da liberdade. In: REIS, João e GOMES, Flávio (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Jaime. Os traficantes de africanos e seu “infame comércio” (1827-1860). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15. N. 29, pp.139-155.1995.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas*. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2004.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SAMARA, Eni Mesquita. *A família brasileira*. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTANA, Napoliana Pereira. *O destino de escravos na herança senhorial: Fazendas Curalinho e Rio das Rãs – Freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima (1850 – 1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinha, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SILVA, Eduardo e REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____; “O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Estudos Econômicos*, vol. 13:1 (jan./abril 1983).

_____; Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.). *História da vida Privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: companhia das Letras, vol.2, 1997.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador do século XIX. *Afro-Ásia*, n° 17, pp. 57-8, 1996.

SOARES, Cecília M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: UFBA, Dissertação (Mestrado, Departamento de História) 1994.

VERGER, Pierre. *Os Libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*. São Paulo: corrupio, 1992.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.